
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
1º ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL E FISCAL 2020

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA
Em, 04 de novembro de 2020 Horário: 10h Local: Virtual

Ao 4º (quarto) dia do mês de novembro de 2020, às 10h da manhã, de forma virtual, o Conselho Municipal de Previdência e o Conselho Fiscal reuniram-se com os representantes do Fundo de Previdência Social do Município de Olinda para tratar de assuntos pertinentes ao RPPS.

Estavam presentes na reunião pelo Conselho Municipal de Previdência: Rodolfo José de Andrade Lira, Alcides Ramos da Cunha, José Nirvando Soares Leal, José Pereira da Silva, Roberto Monteiro de Carvalho Filho, Severina Alves da Silva Wanessa Fernanda Silva, Flávio Manoel de Arruda Barbosa; pelo Conselho Fiscal: Mazoniel Leocádio da Silva Filho. Também participaram: Roberto Ferreira da Rocha, servidor efetivo, que conduziu a reunião, Paula Maria Sousa Cavalcanti, servidora efetiva, designada para digitar a presente ata, Gustavo Tenório de Holanda, Gestor de Investimentos, Adriana Leite (Controladora-Geral do Município de Olinda) Jorge Tiago, atuário responsável pela emissão do DRAA e Ney Ricardo de Meireles, Secretário Executivo da Administração. Inicialmente foi destacado a legislação municipal que trata do funcionamento do Conselho Municipal de Previdência (CMP) e Conselho Fiscal de Previdência e da necessidade da reunião mensal do CMP. Foi informado que nos anos anteriores aconteceram cerca de 3 a 4 reuniões anuais, o que não se repetiu esse ano, sendo o mesmo um ano atípico em virtude do COVID-19. Foi estabelecido que seria feita uma nova reunião na primeira semana de dezembro/2020. A palavra foi dada ao sr. Jorge Tiago Atuaria, que explanou a respeito da avaliação atuarial o do e DRAA, exemplificando as variáveis utilizadas tais como: como data de nascimento dos servidor, salário, cargo, gênero, e fora isso é considerada premissas como taxa de juros, rentabilidade do investimento, dentre outros. Esclareceu que o DRAA está disponível na plataforma da Secretaria de Previdência, podendo ser acessado pela internet. Explicou que em Olinda há segregação de massa, tendo o Fundo Financeiro a necessidade de aporte o capitalizado acumulando recursos para cobrir os benefícios. Explicou a necessidade do aumento da alíquota para 14% do servidor para está de acordo com a Constituição Federal. Como recomendação para diminuir o déficit, que gira em torno de 4,8 milhões, sugeriu o aumento das alíquotas dos servidores e patronal para 14%, tanto do fundo financeiro quanto do capitalizado, bem como a realização do censo previdenciário, incluindo inclusive a informação do tempo anterior ao serviço em Olinda. O Conselheiro Roberto Carvalho tomou a palavra e perguntou sobre o porquê não aumentar a alíquota patronal proporcionalmente ao aumento da alíquota do servidor. O atuário explicou que poderia fazer um novo estudo para isso.

Thiago foi questionado pela Controladora-Geral o que seria levado em conta para a indicação de uma nova alíquota patronal. Diante dos questionamentos o atuário explicou que pode fazer a simulação, e ficou de apresentar alguns cenários (3-4) com o aumento da alíquota patronal, detalhando os impactos dos mesmos e apresentar na próxima reunião do conselho para que seja debatido qual seria o melhor cenário.

Roberto Ferreira explica que o aumento da alíquota patronal não teria impacto financeiro no Fundo Financeiro, visto que haveria uma compensação com o aporte, mas que haveria

impacto no Fundo capitalizado. Roberto Ferreira também esclareceu que nesse período eleitoral precisamos entender que o aumento da alíquota do servidor é constitucional, que deve seguir pelo menos a alíquota da União e que não é uma questão da gestão atual ou de outra. A palavra foi dada a Gustavo Tenório que destrinchou todas as aplicações atuais, informando todos os valores aplicados por fundos de investimentos, sendo três do Fundo Financeiro e 20 relacionados ao Fundo Capitalizado. Data base da informação: Setembro/2020. Gustavo explicou que o motivo de alguns investimentos ter dado negativo é em virtude dos juros baixos do Banco Central e do Risco Brasil. Explicou ainda que a maioria das aplicações do Fundo Capitalizado são em títulos públicos. Que o Comitê de Investimento mantém uma política mais conservadora em relação à legislação e que aplicam em renda variável o percentual de 5% “do que entram”, ao invés do montante. Com base em setembro de 2020 há cerca de R\$ 93 MI investidos. Foi falado da meta atuarial (IPCA+4,61%) e que o acumulado do ano está em 4,2%. O desempenho neste mês das aplicações do Fundo deu 0,17% negativo e a rentabilidade acumulada no ano está em 2,4% o que representa 47% do nosso objetivo. Gustavo informou que enviará os relatórios por email a todos e pergunta se alguém tem dúvida. Foi falado da dificuldade de tomar decisões mais rápidas em relação aos investimentos em virtudes dos ritos que precisa seguir. Também falou da dificuldade de encontrar servidores interessados em participar do Comitê de Investimentos e dos mesmos serem certificados. Em virtude da presente situação Gustavo levará para o Comitê de investimentos propostas para aplicação em mais fundos dinâmicos. Roberto Rocha informou que tratou com a Secretária Especial da SEFAD, juntamente com Gustavo a possibilidade de conceder dias de folgas para os servidores em virtude da participação das reuniões do Comitê de Investimentos e até do Conselho, como uma maneira de incentivar a participação. Ideia prontamente endossada pela Secretária. Gustavo ficou de apresentar na próxima reunião de Conselho a política de investimentos para apreciação e aprovação. Roberto Rocha diz que Gustavo não tem o suporte de consultoria externa, algo já citado anteriormente, que o ajudaria em virtudes das ferramentas disponíveis que elas têm. Roberto Carvalho diz que há a necessidade de consultoria externa Urgente para apoiar o comitê e pede registro na presente ata. Roberto Rocha diz que Gustavo vai manter rotina de compartilhar os relatórios por e-mail como tem feito durante o ano. Prosseguindo, Roberto Rocha mostrou a evolução mensal da folha dos aposentados e pensionistas. E chama atenção de que a folha dos aposentados em torno de R\$ 9 MI. O maior número é de fundo financeiro, e há alguns do fundo capitalizado. Como foi falado por tiago, o município aporta mensalmente um valor para pagar aposentados e pensionistas do fundo financeiro, em média 6 ou 6,5 MI de reais. A tendência é que esse valor continue aumentando até atingir um pico. Concurso público não muda esse cenário, visto que os futuros servidores fariam parte do fundo capitalizado. Registra que a mudança de alíquota e outras atitudes, como o comprov, podem diminuir o déficit, e de repente algum valor que seja destinado como receita. Esse ano não tem sido feito cadastramento em virtude da covid-19 e pelo fato dos aposentados fazerem parte do grupo de risco, sendo nosso controle em relação aos óbitos feito por meio de cruzamento de dados entre o SISOBÍ e a folha de pagamento. Roberto esclareceu que criou um sistema para fazer o cruzamento dos dados de forma automatizada. CRP - Certificado de Regularidades Previdenciárias foi emitido no dia 15/08, garantia de que REGIME PRIVADO está respeitando os requisitos legais. O site cadprev.previdencia.gov.br fornece informações a respeito do CRP. Por meio do CRP o município pode receber transferências, celebrar acordos, etc. Um dos requisitos para emissão do CRP é estar harmonizado com a CF. Art. 9º, parágrafo 4, CF. Foi citado que em julho o município entrou com pedido judicial para que o aumento da alíquota não fosse empecilho para atualização do CRP, o pedido foi aceito. Foi explicado do que se trata o COMPREV e que temos mais de 200 processos carentes de análise. Também foi informado

que haverá mudança no sistema do comprev. Foi conversado com a Secretaria Especial sobre a possibilidade de criar uma equipe de servidores para realizar o trabalho COMPREV. A Conselheira Severina Silva informa que sabia há muito tempo da que haveria o aumento da alíquota e questiona se o aumento poderia ser feito de forma parcelada. Tiago esclarece que a lei não permite essa flexibilidade de pagamento. A implementação deve ser de imediato e não graduada. Severina também cita a lei da pensão que também não foi alterada. Foi informado que a servidora Kátia foi aposentada em setembro e que ainda não foi nomeado diretor da Diretoria de Administração Previdenciária e que Roberto tem ajudado, assumindo algumas funções mas não oficialmente, sendo importante o Conselho saber dessa informação. Roberto Carvalho fala da importância do diretor, acha que no mínimo seria escolher um diretor interino, indicando que Roberto Rocha deveria ser o escolhido, por sua experiência na previdência. Segundo Roberto Carvalho “não podemos ficar com um órgão sem ninguém pra responder por ele”. Severina Alves concorda com Roberto Carvalho e diz que Roberto Rocha é servidor da casa, concursado, e opina que deveria “continuar sendo” o diretor da previdência. Roberto Rocha agradece pelo reconhecimento e declara que o diretor deveria ser pelo menos um servidor da casa. Roberto Rocha encerra reunião às 11:31, planejando a próxima reunião para o início de dezembro. Assinam a presente ata:

Pelo Conselho Municipal de Previdência:

RODOLFO JOSÉ DE ANDRADE LIRA
Presidente

ALCIDES RAMOS DA CUNHA
Membro

JOSÉ NIRVANDO SOARES LEAL
Membro

JOSÉ PEREIRA DA SILVA
Membro

ROBERTO MONTEIRO DE CARVALHO FILHO
Membro

SEVERINA ALVES DA SILVA
Membro

WANEISSA FERNANDA SILVA
Membro

FLÁVIO MANOEL DE ARRUDA BARBOSA
Membro

Pelo Conselho Fiscal:

MAZONIEL LEOCÁDIO DA SILVA FILHO
Membro

Outros Participantes:

ROBERTO FERREIRA DA ROCHA
Servidor Efetivo

PAULA MARIA SOUSA CAVALCANTI
Servidora Efetiva

NEY RICARDO DE MEIRELES
Secretário Executivo

ADRIANA LEITE
Controladora-Geral do Município

GUSTAVO TENÓRIO DE HOLANDA
Gestor de Investimentos

Obs. A presente ata contém 6 páginas.

Publicado por:
Gustavo Tenorio Gonçalves Holanda
Código Identificador:0C265987

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 11/01/2021. Edição 2747
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>